

**Desenvolvimento Econômico e Integração Regional: Análise da
Coordenação das Políticas Macroeconômicas do Brasil e da Argentina
pela perspectiva da participação no MERCOSUL**

Autora: **Ludmila Andrzejewski Culpi, UFPR**
ludi_culpi@yahoo.com.br

Desenvolvimento Econômico e Integração Regional: Análise da Coordenação das Políticas Macroeconômicas do Brasil e da Argentina pela perspectiva da participação no MERCOSUL¹

Ludmila Andrzejewski Culpi²

Área temática: Libre Comercio y Integración em América Latina

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as interações existentes entre os processos de integração mercosulino e o desenvolvimento econômico dos países envolvidos. A partir da análise da orientação da política macroeconômica adotada pelos países visa-se concluir se a integração regional na América Latina no contexto atual pode ser entendida como estratégia para promoção de desenvolvimento econômico e social. O marco teórico utilizado é o das teorias da integração regional políticas e das teorias desenvolvimentistas da CEPAL, com vistas a desenvolver um modelo de análise da eficácia dos processos de integração como motor do desenvolvimento econômico. As conclusões preliminares do estudo são de que inicialmente o MERCOSUL promoveu desenvolvimento econômico nos dois países, a partir dos efeitos de aumento de comércio provocados. Porém, embora algumas políticas macroeconômicas possuam orientações semelhantes, com ênfase expansionista, Brasil e Argentina adotam políticas macroeconômicas variadas a partir de 2003, o que comprova que os mecanismos institucionais mercosulinos foram incapazes de promover uma coordenação no âmbito macroeconômico.

PALAVRAS-CHAVE: MERCOSUL; Harmonização Macroeconômica; Política Macroeconômica nos governos Kirchnner e Lula.

INTRODUÇÃO

¹ Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

²: Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPR; Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná e Professora dos Cursos de Relações Internacionais e Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER, das disciplinas de Teoria das Relações Internacionais, Integração Regional, Economia Política Internacional, Organizações Internacionais e Introdução à Economia. E-mail: ludi_culpi@yahoo.com.br.

Compreende-se fundamental a questão comercial e a utilização de instrumentos macroeconômicos como promotora de desenvolvimento econômico. Sendo assim, a compreensão da integração regional no âmbito do MERCOSUL, a partir da lógica de estreitamento das relações comerciais entre os Estados-parte, é relevante como chave para melhoria dos indicados macroeconômicos dos países.

Argumenta-se que a macroeconomia ocupa um lugar relevante na agenda de pesquisa de integração regional, especialmente por duas razões. A primeira é que a situação de instabilidade macroeconômica pode prejudicar o processo de integração, no âmbito comercial, na questão da capacidade de atrair investimento e do atrasado do desenvolvimento da infraestrutura fundamental para o avanço do processo. A segunda explicação está relacionada ao fato de que a integração cria maior interdependência, o que resulta em que a instabilidade macroeconômica de um Estado afete diretamente a situação do outro, sendo fundamental ao Estado contribuir para prevenir crises nos vizinhos.

O marco teórico utilizado no presente artigo é o das teorias da integração regional inspiradas na integração europeia e da teoria desenvolvimentista da CEPAL, com vistas a desenvolver um modelo de análise da eficácia dos processos de integração como motor do desenvolvimento econômico. Para tanto, será estudado o desenvolvimento econômico de Brasil e Argentina com o objetivo de compreender de que maneira a evolução da integração regional incentiva a expansão da atividade econômica e do bem-estar da sociedade. Com base na análise da política econômica adotada pelos países, restringida pelas normas comunitárias, visa-se verificar se a integração regional na América Latina no contexto atual pode ser entendida como uma estratégia para promoção de desenvolvimento econômico e social.

Nesse trabalho, ao optar pela escolha da análise das políticas macroeconômicas de Brasil e Argentina, não se pretende excluir Paraguai e Uruguai da análise sob o argumento de que esses países não são relevantes para o MERCOSUL. Porém, as disparidades econômicas, políticas e jurídicas desses últimos países mostram-se mais difíceis de serem superadas se comparadas a de Brasil e Argentina. Sendo assim, empreende-se uma análise desses dois atores (Brasil e Argentina) compreendidos como os protagonistas da integração latino-americana desde seu estabelecimento em 1991, com a ratificação do Tratado de Assunção.

1. EVOLUÇÃO DAS TEORIAS POLÍTICAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MERCOSUL

A maior parte das teorias tradicionais aborda a integração regional a partir de seus processos, instituições, benefícios e desafios que impõe a seus Estados-Membros. Cada teoria surge em um determinado período histórico, revelando-se como uma resposta aos fenômenos econômicos e políticos de cada momento.

A integração regional surgiu no panorama de acentuação das relações de interdependência entre os Estados, causada pela globalização econômica e política. Nesse sentido, a globalização sobrepõe-se às estruturas dos Estados, gerando a interação entre os mesmos, consubstanciada pela celebração de acordos de conteúdo econômico, político, social e cultural, com enfoque especial sobre o primeiro, como ocorre no MERCOSUL (SILVA, 2009).

Dessa forma, os Estados buscaram se proteger da competitividade crescente, por meio da associação a outros Estados, dando origem a processos regionais ou pela ratificação de acordos comerciais e provocando intensificação das relações econômicas intra-bloco. Paralelamente, surgem novas esferas de poder com atuação tanto em âmbito local quanto global, instaurando novas leis com impactos sobre os interesses dos cidadãos e em muitos casos, limitando a soberania dos Estados envolvidos em algumas áreas nas quais os arranjos constitucionais criados passam a exercer autoridade (VIEIRA, 1997).

As teorias da integração desenvolveram-se com mais ênfase, segundo Odete Maria de Oliveira (2002), com o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo se apoderado de pressupostos teóricos de outras teorias também focadas na integração, sobretudo o federalismo, bem como dos avanços políticos e econômicos provocados pelo desenvolvimento de organismos supranacionais. Esse processo criou duas formas de integração: a política e a econômica, abrangendo as seguintes fases de integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e econômica e união política total.³

³ Essa classificação das etapas de integração foi desenvolvida por Bela Balassa em sua obra. Ver: BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961.

O paradigma funcionalista, por sua vez, foi desenvolvido por meio da observação da experiência da Comunidade Econômica Europeia, na sua fase inicial, nas décadas de 1950 e 1960. A premissa principal da teoria funcionalista é a separação entre as considerações de poder, chamadas de áreas de “alta política”, ligadas à soberania estatal, e de “baixa política”, relacionadas ao bem-estar material e à segurança. Conforme o paradigma funcionalista, essa separação transpõe os planos político e técnico, de tal modo que as competências governamentais devem se transformar em elementos mais simples e instrumentalizados, que permitam a cooperação internacional, cujo caráter seria exclusivamente técnico, no âmbito da “baixa política”, isto é. Nas atividades relacionadas a economia, enquanto as questões de defesa e segurança se mantêm sobre a esfera de controle do Estado (VAZ, 2002).

As perspectivas funcionalistas foram adaptadas por Haas que conferiu maior importância ao aspecto político da integração, elaborando a teoria neofuncionalista. Haas (1958) refere-se à integração como um processo no qual os atores são persuadidos a transferir lealdade a uma nova esfera de poder, o que para os neofuncionalistas é o que garante o êxito da integração. Todavia, para os neofuncionalistas, o primordial é o talento criativo das elites e a força transformadora que as soluções definidas por esse grupo nos órgãos comunitários possuem. De fato, a lealdade é entendida como produto da satisfação das elites e demais atores sociais em relação ao atendimento de suas demandas, realizado pelas agências governamentais e instituições supranacionais (HAAS, 1958).

A transferência de lealdade ocorre de forma gradual, à medida que a cooperação e a coordenação se estendem a novos setores além dos inicialmente integrados, caracterizando o conceito-chave da teoria neofuncionalista, o efeito *spill over*. Esse mecanismo constitui-se no transbordamento da cooperação de um setor a outro promovido pelas instituições supranacionais. Para o criador da teoria neofuncionalista, Haas (1958), essa lógica não se limitaria apenas às áreas econômicas ou técnicas, mas envolveria também a cooperação política e pode-se até dizer social. O efeito *spill over* pressupõe a vinculação entre os diferentes aspectos da economia e da política dos Estados, de forma que os problemas em uma área geram efeitos em outras, exigindo soluções para o primeiro. Esse estímulo no MERCOSUL deve ser desencadeado pela ação de órgãos como o Parlamento do MERCOSUL e o Grupo Mercado Comum e implica um grau de autonomismo ao processo de integração. Neste contexto, observa-se

uma transformação das funções do Estado e uma restrição de uma soberania, que é transferida para esses novos órgãos, o que em muitos casos gera resistência dos Estados.

O outro grupo de teorias tradicionais da integração são as correntes teóricas estadocêntricas, sobretudo a liberal-intergovernamentalista, de Moravicsik (1993) analisam a integração a partir do prisma dominante das relações internacionais, o realista (CAMARGO, 2008). Essas teorias têm em comum o pressuposto do “agente-principal”, segundo o qual os Estados-nação, membros do bloco, assumem papel-chave na integração por serem entidades de onde emanam as decisões e a serviço de cujos interesses se colocam os organismos comunitários.

Essa abordagem prevê que nenhuma transferência de poder pode ser efetuada por parte dos Estados para as instituições supranacionais. Para essas correntes teóricas, a legitimidade deve partir dos Estados em direção às políticas comunitárias e não o contrário, tendo em vista a necessidade de reconhecimento das decisões do bloco pelos Estados, que são os atores principais (CAMARGO, 2008). Essas teorias se revelam mais adequadas para explicar a integração sul-americana, que tem uma participação central dos Estados no desenrolar dos processos. Sempre que os Estados demonstravam interesse na integração e a colocavam como prioridade na agenda internacional, esta se fortalece. Quando não há vontade política dos Executivos nacionais, o processo de integração na América Latina de um modo geral é paralisado, pois não é autônomo em relação aos governos como previa a teoria neofuncionalista (MALAMUD, 2003).

O liberal-intergovernamentalismo exprimiu a negociação entre Estados como princípio-chave da integração regional. Para esses teóricos, a integração na América do Sul evoluiu graças a uma sequência de barganhas entre Estados, que definiam a agenda para o período seguinte (MORAVCSIK, 1993).

Outro enfoque das teorias da integração é a governança multi-nível. Essa teoria busca encontrar um equilíbrio, nas decisões das instituições comunitárias, entre eficiência e democracia. A teoria da governança multi-nível objetiva explicar o vasto crescimento da cooperação entre governos, mas também os processos entre as diferentes partes do Estado, como os cidadãos (BULHLIN, 2008). De acordo com esses pressupostos, o MERCOSUL é entendido como uma forma policêntrica e não hierárquica de organização política na qual os Estados, embora não sejam mais os únicos atores do processo, mantêm-se como o lócus da soberania e centro de poder. Tanto abaixo quanto acima desse centro situam-se diferentes aspectos de governança, que formam redes complexas nas quais interagem atores da sociedade civil, nacionais,

regionais públicos e privados, especialmente as empresas (WALLACE, 1999). Deste modo, para as perspectivas institucionalistas, os Estados ainda são as variáveis chaves na compreensão da integração regional,

Observa-se que o processo de integração tem sido interpretado de diversas maneiras, a partir de uma série de perspectivas. Contudo, em todas as teorias que explicam a integração, o Estado nacional e sua relação com o bloco regional aparecem no centro do debate, o que revela a necessidade da análise da convergência de políticas macroeconômicas no Mercosul para um maior aprofundamento da integração. Isso se dá porque os Estados relutam em transferir soberania sobre as esferas de política macroeconômica, especialmente política fiscal (de gastos e tributação). Sendo assim, torna-se fundamental a aproximação das políticas macroeconômicas para o sucesso da integração, no âmbito econômico e político.

2. A TEORIA ESTRUTURALISTA DA CEPAL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os pressupostos cepalinos sobre a integração regional focam-se no aspecto econômico da mesma e contribuíram significativamente para a opção pela integração na América Latina. Os argumentos da CEPAL relacionam a integração com o desenvolvimento orientado pelo processo de substituição de importações e apontam os desafios do processo, especialmente com relação à harmonização de políticas macroeconômicas entre os Estados-Membros (BRAGA, 2001).

Para o pensamento cepalino, determina-se uma forte relação entre o sucesso da integração e a interdependência macroeconômica, que deve ser incentivada por mecanismos institucionais. De acordo com a CEPAL a interdependência macroeconômica resultaria de três efeitos que a integração regional impõe sobre as economias envolvidas i) o acréscimo do volume de comércio em relação à produção, o que revela um aumento da abertura do país ao mercado internacional; ii) a expansão de volume de comercialização pelas alterações nos preços relativos dos mercados integrados; e iii) a maior reação dos fluxos comerciais a partir das mudanças no nível de atividade nos países do bloco decorrente do maior grau de especialização entre eles (BRAGA, 2001).

Tendo em conta os resultados da integração para a economia dos países coloca-se a necessidade de cooperação macroeconômica entre os Estados, no âmbito da

harmonização de certos indicadores macroeconômicos, como inflação, câmbio, desemprego, dívida pública interna e externa, ou no que diz respeito à aproximação de políticas macroeconômicas (políticas monetária, fiscal e cambial).

Observa-se que as dificuldades para o aprofundamento da integração latino-americana estão relacionadas ao aspecto da coordenação macroeconômica. Seria fundamental assegurar a consolidação de mecanismos institucionais efetivos para a cooperação macroeconômica, para que os compromissos se consolidassem em atitudes concretas (BRAGA, 2001).

Nesse sentido, os argumentos da CEPAL defendem que seria necessário tornar a integração um processo mais autônomo, liderado pelas empresas e suas estratégias de inserção no mercado integrado. Assim, o processo dependeria menos da atuação direta dos Executivos nacionais e mais das opções propostas pelos setores produtivos dos países envolvidos (BRAGA, 2001).

Para isso, a CEPAL destaca a relevância das estratégias empresariais para buscar uma maior eficiência produtiva no bloco. A manifestação dessa convergência de estratégias seria o estabelecimento de um complexo de relações entre indústrias, baseado no vazamento tecnológico e na intensificação dos investimentos. A partir dessa aproximação entre os setores produtivos, surge a demanda por uma maior cooperação nas questões macroeconômicas. Para a CEPAL, essa integração levado a cabo pelas empresas seria mais eficaz na criação de mecanismos de cooperação macroeconômica. Sendo assim, a aproximação entre as empresas acarretaria no surgimento de uma demanda pela harmonização monetária e cambial (BRAGA, 2001).

3. CRIAÇÃO DO MERCOSUL E AS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES

O Mercosul é o bloco econômico de maior interesse para a América Latina, porém enfrenta um conjunto de desafios na evolução do processo de integração regional. As origens da integração na América Latina estão relacionadas à Segunda Guerra Mundial, quando Argentina e Brasil delinearão a criação de uma união aduaneira entre as duas economias, que fracassou devido às assimetrias da situação econômica e política entre os países. Os esforços de integração na região partiram em grande maioria desses dois países, findando com a criação do Mercosul, com base no tratado de Assunção, de 1991 (PRESSER *apud* ORSINI, 1995). O Mercosul começou

como uma aliança comercial com o objetivo de dinamizar a economia regional, e posteriormente movimentar além de mercadorias e capital, força de trabalho e mão de obra, isto é, evoluir a etapa de mercado comum (ALMEIDA, 1993).

O bloco do Mercosul, como exposto, foi instituído mediante o tratado de Assunção de 1991, ratificado por quatro países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Como mencionado, as iniciativas de integração propostas devem-se às relações bilaterais entre Brasil e Argentina, como o Tratado de Integração entre esses dois países (ALMEIDA, 1993).

De acordo com Abínzano (1993, p. 67):

Se cumple así una antigua premonición que afirmaba que la integración sería posible cuando los dos “grandes” del sur decidieran liderar el proceso y se animaran a acercarse mutuamente, derribando el muro de las tradicionales desconfianzas y rivalidades (ABÍNZANO, 1993, p.67).

Os antecedentes mais antigos do Mercosul são encontrados na criação, em 1960, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), tendo como participantes todos os países da América do Sul (com a exceção das Guianas) e o México. O objetivo principal da ALALC era uma alteração no modelo de desenvolvimento predominante até então na América Latina: o de economias com estrutura produtiva com baixa diversificação, especializadas em uma monocultura, voltadas para o mercado externo, especialmente para prover os países desenvolvidos com bens primários. Entretanto, o projeto da ALALC se deparou com obstáculos que a levaram ao fracasso, dentre os quais se destacam a instabilidade política da região e a inflexibilidade dos mecanismos definidos para a liberalização comercial (FLORENCIO e ARAÚJO, 1995).

Ao final da década de 1970, os países membros da ALALC negociaram um Tratado e criaram a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que foi estabelecida no ano de 1980. O objetivo central da ALALC era o da completa liberalização do comércio entre os membros, porém, ao contrário da iniciativa anterior, adotou mecanismos menos rígidos para atingir essa meta. Além da flexibilidade, outros dois fenômenos colaboraram para criar um ambiente adequado à efetivação da integração latino-americana: a redemocratização dos governos, que ocorreu em quase todo o continente e a crescente diversificação da produção das indústrias, sobretudo dos Estados maiores (PEREIRA *apud* BRANDÃO e PEREIRA, 1996).

Nesse contexto mais promissor, os acordos sub-regionais se tornaram o principal motivador da ALADI. Nesse período, Brasil e Argentina iniciaram a negociação de reduções tarifárias recíprocas no âmbito institucional da ALADI. Em 1986, ratificou-se o Tratado de Cooperação Econômica, cuja finalidade era expandir o comércio em setores estratégicos para a economia dos dois países, especialmente de bens de capital e tecnologia, trigo e automóveis (VAZ, 2002).

Em 1988, Brasil e Argentina firmaram o Tratado de Integração, que previa a formação de um Mercado Comum entre os dois países, a adoção de uma tarifa externa comum e a coordenação das políticas macroeconômicas. Dessa maneira, o processo de integração adquiriu uma força sem precedentes. Em 1991, foi ratificado o Tratado de Assunção, que contou com a participação de Uruguai e Argentina. Manteve-se o objetivo de construir um Mercado Comum e estabeleceu-se um prazo para o cumprimento dessa meta, o dia 31 de dezembro de 1994. Designou-se esse projeto de Mercado Comum do Sul (VAZ, 2002).

As motivações para a criação do Mercosul foram inúmeras e a primeira delas é a questão da proximidade geográfica, o que favorece o comércio e o desenvolvimento de um sistema de transportes adequado para a circulação dos bens entre os países. Além disso, o fato de não haver rivalidades étnicas, culturais ou religiosas entre os países foi um fator positivo para a configuração da integração, que não representaria uma grande alteração nas relações entre os Estados, que já eram pacíficas, bem como não exigiria dos Estados grandes parcelas de transferência de poder. As rivalidades políticas haviam sido eliminadas com o fim das ditaduras militares, a partir de meados dos anos 1980 (VAZ, 2002).

Em um primeiro momento, o processo de negociações que deu origem ao Mercosul foi realizado com base no plano político dos dois Estados que iniciaram a condução da integração, Brasil e Argentina, de modo bilateral, com foco sobre a questão comercial. À medida que se consubstancia a cooperação, o processo evoluía para o plano político, econômico e estratégico. Deste modo, o processo de construção da integração esteve vinculado aos interesses de política externa e interna de ambos os Estados. Sendo assim, torna-se fundamental analisar a articulação entre as políticas macroeconômicas desses países, para verificar se há convergência que pode garantir sucesso ao processo de integração (VAZ, 2002).

O protagonismo central dos governos na formulação dos objetivos que orientavam a integração estendeu-se à arena de negociações diplomáticas, que se

conformou em um ambiente de negociações de caráter intergovernamental, baseado, sobretudo, na relação de barganha entre Brasil e Argentina, com participação coadjuvante de outros atores nacionais da sociedade civil, como empresas, sindicatos, ONGs, entre outros (VAZ, 2002).

3.1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

As instituições do bloco são frágeis e calcadas no intergovernamentalismo. A estrutura institucional do bloco foi definida pelo Protocolo de Ouro Preto em dezembro de 1994, que criou as seguintes instituições: o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum, a Comissão do Comércio do Comércio do Mercosul, a Comissão Parlamentar Conjunta, o Foro Consultivo Econômico e Social e os Comitês Técnicos (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

O Conselho do Mercado Comum, formado pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros, é a instituição de caráter legislativo, estabelece as grandes linhas do processo de integração e assegura o impulso político para o aprofundamento. As decisões desse organismo são de caráter obrigatório para os Estados-membros e oferecem as diretrizes centrais de política adotada pelo Mercosul. Porém, o caráter vinculatório da normal não garante a aquiescência das normas. De acordo com AMARAL JÚNIOR (2000, p. 5):

Ao conferir personalidade jurídica-internacional ao Mercosul, o Protocolo de Ouro Preto atribuiu ao Conselho do Mercado Comum a função de órgão supremo da nova organização. Isso não lhe retirou, todavia, o caráter de conferência ministerial, que radica no sentido intergovernamental das instituições do Mercosul. Nessa qualidade, atua como instância política que fixa o sentido e curso da integração.

O Grupo Mercado Comum, por sua vez, possui funções executivas e é o principal órgão de implementação dos objetivos do Mercosul e de supervisão do seu funcionamento. É subordinado ao Conselho do Mercado Comum e as resoluções que adota são obrigatórias para todos os membros do bloco, porém não há previsão de mecanismos de sanção para os países que não cumpram as normas adotadas, o que colabora para sua ineficácia (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

A Comissão de Comércio corresponde ao principal órgão técnico incumbido de administrar os instrumentos da política comercial comum. A CCM situa-se abaixo do

Grupo Mercado Comum na pirâmide hierárquica. A Comissão exerce atividades consultivas e de assessoramento, porém suas diretrizes emitidas com relação ao comércio tem caráter obrigatório de adoção pelos Estados-membros. A partir da relevância desse organismo, observa-se o caráter comercialista da integração. Porém, para que haja um incremento maior no comércio entende-se como necessária a aproximação das políticas macroeconômicas, foco deste artigo (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

A Comissão Parlamentar Conjunta, criada pelo Protocolo de Ouro Preto, não fazia parte diretamente do quadro institucional do Mercosul. Sua função principal era de acelerar os procedimentos legislativos para a entrada em vigor de normas estabelecidas pelo Mercosul e auxiliar o processo de harmonização das legislações, buscando um fortalecimento dos vínculos entre o Mercosul e os Parlamentos nacionais (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

A representação parlamentar, deixada a cargo da Comissão Parlamentar Conjunta, estava limitada à atuação do órgão como observador, portanto, sem independência para propor projetos de leis e políticas comunitárias. Esse órgão foi extinto com a criação do Parlamento do Mercosul, em 2005, que entrou em vigor em 2007, cujo objetivo era ampliar a integração, tornando-a mais democrática e incluindo a sociedade civil e o cidadão no debate sobre o processo de integração. Entretanto, a atuação do Parlamento é limitada, pois suas decisões não tem caráter obrigatório, ficando a critério do Estado se adota ou não a decisão, bem como não possuem legitimidade democrática, pois não existem eleições diretas para a escolha de parlamentares (SANCHEZ, 2005).

Além do Parlamento, o Foro Consultivo Econômico e Social representou um ambiente mais plural, formado por representantes de setores econômicos e sociais dos países membros. Essa instituição atua como um foro consultivo e tem competência para propor recomendações através do GMC. O Foro Consultivo e Social foi considerado um dos avanços mais significativos da estrutura institucional do Mercosul no que se refere à questão social, por abranger diversos grupos de interesse, embora tenha uma atuação restrita (SANCHEZ, 2005). O Foro Consultivo Econômico-Social tem como objetivo ampliar a participação da sociedade nas decisões relativas à integração. O Foro é um órgão consultivo, contemplando uma vasta gama de assuntos sociais (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

Por último, os Comitês técnicos assumem o caráter de órgãos de apoio e assessoria. Os Comitês reúnem dados para a elaboração de pareceres sobre a aplicação das políticas comerciais comuns, que não são obrigatórias (FLORÊNCIO e ARAÚJO, 1995).

Muito embora tenha partido de um esforço do texto normativo em atribuir o caráter obrigatório às decisões emanadas desses órgãos, o Mercosul nasceu desprovido de possibilidades concretas de sustentação da denominada supranacionalidade, o que prejudica a evolução da integração. Isso ocorre porque esses órgãos deliberativos, com funções bem delineadas na esfera econômica e comercial, foram gerados sem a essência democrática que representa o coletivo (SANCHEZ, 2005).

Observa-se pela análise dos documentos produzidos por esses organismos, que estes tomam decisões e emitem recomendações e diretrizes, mas não contribuem de maneira substancial para a convergência de políticas macroeconômicas ou para a redução das assimetrias estruturais existentes entre os Estados.

Nesse sentido, o único programa responsável pela harmonização das políticas macroeconômicas é o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), criado em 2004, com o objetivo de reduzir as assimetrias econômicas e sociais existentes entre as economias do bloco. O Conselho do Mercado Comum considerou que devido à necessidade de se aprofundar o processo de integração no Mercosul, era fundamental estabelecer um órgão que realizasse o financiamento de projetos que reduzam as assimetrias existentes na região e colaborasse com financiamento de atividades institucionais. Porém, poucos foram os projetos levado a cabo pelo FOCEM, o que revela a não priorização do projeto de redução de diferenças estruturais pelos Estados membros do MERCOSUL (SANCHEZ, 2005).

4. POLÍTICA MACROECONÔMICA NOS GOVERNOS LULA E KIRCHNER: APROXIMAÇÃO OU DISTANCIAMENTO?

A crescente interdependência econômica dos Estados faz com que a política macroeconômica adotada por um Estado, especialmente as potências, tenha impactos sobre indicadores de outros Estados com os quais ele se relaciona econômica. Sendo assim, os Estados no momento da formulação das políticas macroeconômicas devem levar em conta as decisões tomadas por outros Estados, o que culmina na ideia de que a

coordenação macroeconômica seria o melhor caminho para que as externalidades (positivas ou negativas, tais como inflação em outro país) sejam internacionalizadas, promovendo a maximização do bem-estar global (SILVA, JACINTO, 2007).

Nesse sentido, a partir da análise das teorias integracionistas e estruturalista, considera-se imprescindível a harmonização das políticas macroeconômicas para garantia da eficácia da integração regional enquanto promotora de desenvolvimento econômico.

No plano comercial, os defensores do Mercosul apontam o desempenho positivo do comércio intra-Mercosul e, mesmo com algum desvio de comércio, das relações comerciais externas, com o crescimento quantitativo dos volumes de comércio com países terceiros. De fato, nos primeiros nove anos do bloco houve um crescimento das trocas comerciais, resultado também das reformas tarifárias empreendidas nos Estados sob um viés liberal e em função da Tarifa Externa Comum (TEC), que representou uma diminuição das alíquotas aplicadas no comércio de bens manufaturados (uma redução de cerca de 40% para 14% sobre o valor do produto), o que beneficiou Brasil e Argentina (ALMEIDA, 2011).

Contudo, as mudanças estruturais necessárias por parte do governo que incentivariam maiores ganhos de produtividade e escala, tais como investimentos em tecnologia, conhecimento, estímulo a investimento privado e reforma fiscal nacional para redução de custos, não foram realizados nem no Brasil, nem na Argentina (ALMEIDA, 2011).

Adota-se como metodologia de análise do presente artigo a orientação da política macroeconômica contemporânea brasileira e argentina dos anos recentes com vistas a comparar se há um esforço para aproximação das mesmas, o que asseguraria o aprofundamento da integração regional e a possibilidade desta alterar cenários de subdesenvolvimento, como preconizado pelas teorias estruturalistas cepalinas. Serão analisadas as convergências e as divergências de políticas macroeconômicas adotadas pelos governos Lula e Kirchner.

As principais políticas instrumentais compreendidas como fundamentais para que o Estado tenha sob seu controle o desenvolvimento econômico do país são as políticas fiscais, monetárias e cambiais (SILVA, JACINTO, 2007).

Vale destacar que as políticas fiscais são aquelas referentes às despesas e receitas do governo e podem ser utilizadas pelos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). São utilizadas através de quatro instrumentos: expansão ou redução

de gastos públicos, expansão ou redução da carga tributária, expansão ou redução do prazo de recolhimento dos impostos e concessão ou retirada de subsídios à produção das empresas. Esses instrumentos são utilizados com maior ou menos intensidade, com objetivos restritivos ou expansionistas, dependendo do interesse do governo em conter demanda ou expandir a demanda. O efeito mais direto da utilização de instrumentos fiscais seria sobre o consumo da população, que a partir de uma política expansionista de redução de tributos e aumento de gastos é incrementado e representa um maior acesso a bens para camadas inferiores da sociedade. No governo Lula, em seus dois mandatos observa-se uma utilização frequente desse instrumento, especialmente nos gastos com Bolsa Família, dentre outros programas de transferência de renda (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

As políticas monetárias são referentes a crédito e moeda na economia, são utilizadas apenas pelas autoridades monetárias e são definidas pelo Conselho Monetário Nacional no caso do Brasil e executadas pelo Banco Central. Têm como objetivo final afetar a liquidez da economia, injetando ou retirando dinheiro dependendo da situação. Em casos de inflação elevada, deve-se executar uma política monetária restritiva e em caso de recessão, para combater desemprego, a política monetária deve ser expansionista (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

Por sua vez, a política cambial está relacionada à determinação do regime cambial (fixo ou flutuante), e tem efeitos especialmente sobre as importações, as exportações, o investimento externo direto na economia e a possibilidade de financiamento externo. É utilizada como instrumento para redução da dependência externa, desenvolvimento econômico e controle da inflação. Na sequência serão analisadas de maneira isoladas as políticas macroeconômicas argentinas nos governo Kirchner e as políticas empregadas pelo governo Lula e Dilma, com vistas a estabelecer uma comparação (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

4.1. POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NA ARGENTINA NO GOVERNO KIRCHNER

Para compreensão da política Argentina do século XXI, torna-se necessário levar em conta a crise política que gerou uma recessão econômica com resultados drásticos sobre as condições econômicas e sociais. No ano de 2001, a economia argentina encontrava-se em profunda recessão, sendo que a queda do PIB em relação ao ano anterior foi de 4,4%. Neste ano, havia uma alta probabilidade de decreto da moratória, em função da intensa fuga de capitais, o que agravou os déficits em conta corrente, que eram compensados com entrada de capital financeiro, que implicaram em um crescente endividamento. Até janeiro de 2012, cinco presidentes passaram pela Casa Rosada, o que demonstrava a gravidade da crise. As principais manifestações da recessão argentina no plano econômico eram os desequilíbrios orçamentários e as pressões inflacionárias, que causaram uma situação crítica no câmbio e nos gastos (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Nesse momento, o Brasil era o único país a garantir a Argentina saldos positivos no Balanço de Pagamentos, em função da desvalorização do real e da supressão de barreiras a circulação de mercadorias, consequentes da TEC prevista pelo Mercosul. Os anos de 1999 a 2002 foram divergentes entre o Brasil e a Argentina e para as tentativas sucessivas de manter o regime de conversibilidade, em crise desde o início de 2002. No ano de 2002, o comércio intra-Mercosul declinou praticamente à metade dos US\$ 20 bilhões alcançados em 1998 desde 2001 (ALMEIDA, 2011).

O presidente que se manteve no poder, Eduardo Duhalde, adotou políticas heterodoxas, baseadas no pressuposto de que o desenvolvimento econômico e a expansão do bem-estar exigem algumas condições macroeconômicas, tais como: i) estabilidade institucional e política; ii) elevação do emprego e inclusão da força de trabalho ; iii) eficiência dos mercados de bens e serviços e monetário; iv) ambiente macroeconômico equilibrado, calcado em altas taxas de poupança interna e de investimento, competitividade internacional, redução do déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Para tanto, tornou-se necessário realizar políticas com foco na manutenção de uma taxa de inflação baixa, uma competitividade da produção nacional, a presença do Estado e o incentivo ao progresso tecnológico (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

As principais políticas adotadas pelo presidente foram: a política cambial de desvalorização do peso, para aumentar a competitividade internacional, a política monetária de controle de capitais e preços, com vistas a incentivar consumo e combater a inflação, a manutenção da não liquidação da dívida externa e a política fiscal de

aumento das taxas de exportações. De modo geral, buscava-se um novo padrão de inserção internacional, que acreditava-se que seria conquistado pelo combate a inflação interna e incentivo a demanda nacional (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Em 2003 o presidente eleito Néstor Kirchner não alterou a orientação da política do presidente anterior. Nesse momento, o país passava por uma recuperação na economia, facilitada por uma conjuntura externa favorável, que permitiu a elevação do preço das commodities, sobretudo pelo crescimento da China e da Índia e pelos ataques de 11 de setembro. Kirchner manteve a moeda desvalorizada, motivando o crescimento das exportações, que foram sobretaxadas para expandir as receitas públicas, além disso conseguiu manter a inflação em níveis baixos através de uma negociação com produtores. A partir dessas políticas, houve crescimento em 2003, baseado na industrialização da economia e nos serviços públicos (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

A situação econômica favorável se manteve, assim como as políticas do governo que não foram alteradas, até 2007 quando houve uma pressão inflacionária que impede o sucesso da política cambial. Um dos fatores que impedia a modificação nos rumos da política foi a inexistência de diálogo entre o governo e os setores produtores (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Cristina Kirchner assumiu a presidência em 2007, mantendo a linha de política do governo anterior. Em março de 2008 estabeleceu uma de suas primeiras e mais controversas medidas, a retenção dos bens móveis, que acarretou em uma crise com os setores agropecuários. Essa situação revelou um problema mais grave na Argentina, a disputa pela priorização de dois projetos para o país. O primeiro seria a especialização do Estado em um setor no qual ele possua vantagem comparativa dada a abundância de terra, que é o agronegócio. O segundo seria a defesa da industrialização do país financiada pelo aumento do preço das commodities. O problema chave é que ambos os projetos para terem sucesso dependem de variáveis externas, o que torna o país mais vulnerável ao cenário internacional e suas oscilações (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Referente a essa questão, em 2008, Cristina Kirchner sinalizou suas intenções de estabelecer um pacto social com os defensores dos dois projetos de desenvolvimento, a partir da proposta de basear-se em uma matriz mais diversificada, calcada, sobretudo, em exportações. Porém, não cedeu as pressões dos exportadores por uma grande

desvalorização, em função do temor em gerar inflação e pela preocupação com os efeitos da crise financeira internacional (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Nos anos iniciais da crise as economias emergentes, como a Argentina, mantiveram-se em situação de estabilidade, em função da elevação do preço das commodities. Porém, no final de 2008 os preços começaram a declinar e a crise assolou a Argentina, sobretudo pela contração do comércio internacional e pela redução do crédito internacional (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Nos últimos três anos (2009, 2010 e 2011), a política macroeconômica Argentina tem sido marcada pelo controle sobre operações de câmbio com vistas a evitar uma desvalorização grande do peso e uma dolarização da economia. Além disso, tem-se realizado uma política monetária expansionista, o que provocou uma aceleração nos quadros de inflação. Em 2011 houve um pequeno crescimento econômico, causado pelos financiamentos realizados pelo governo, que se desacelerou em 2012.

4.2. POLÍTICAS MACROECONÔMICAS DO BRASIL NO GOVERNO LULA

O primeiro mandato de Lula foi caracterizado pela continuidade da política adotada no governo FHC, especialmente tendo em conta a Carta endereçada ao povo brasileiro na qual ele se comprometia com a manutenção do crescimento econômico e da estabilidade macroeconômica, com vistas a eleger-se. Nesse sentido, ao invés de buscar uma alternativa às políticas de FHC, Lula optou por aprofundar o modelo anterior. A herança do governo FHC é a hegemonia do capital financeiro especulativo, que se aproveitava das altas taxas de juros adotadas, sob a economia brasileira, o que determina uma situação de dependência e vulnerabilidade externa (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Nos primeiros anos, a política econômica adotada foi restritiva, com o intuito de conter possíveis pressões inflacionárias e manter a meta estipulada. Utilizou-se do câmbio flutuante e da taxa de juros, com vistas a atingir esses objetivos de entrada de capitais e controle inflacionário. O tripé macroeconômico instaurado em 1999, após a adoção do Plano Real, baseado em metas de inflação, câmbio flutuante manutenção do superávit primário, foi mantido. Sendo assim, em sentido contrário ao tomado pela Argentina o governo brasileiro tardou em lançar mão de políticas mais expansionistas e

heterodoxas, o que retardou o crescimento da economia brasileira. Nos anos de 2002 e 2003, o crescimento do PIB foi da ordem de 2,7% e 1,1%, enquanto nos outros países latino-americanos essa taxa era de cerca de 4,5% na média. No ano seguinte, o PIB atingiu uma marca de crescimento que o Brasil não experimentava desde o lançamento do Plano Real, de 5,4%. Esse crescimento foi atribuído a conjuntura externa favorável, porém não se manteve no ano seguinte (2005), devido as políticas macroeconômicas restritivas que o governo insistia em implementa (ALMEIDA, 2011).

No primeiro momento de seu governo, Lula concentrou-se em três reformas, as quais relacionou com o novo modelo de desenvolvimento econômico que visava adotar, da previdência, que reduziu o espaço da previdência pública e delegou essa função à iniciativa privada, tributária, baseada na expansão dos gastos públicos e do superávit fiscal e monetária, relacionada a atribuição de uma maior independência ao Banco Central (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Mesmo com as tentativas de articulação com a sociedade civil, o governo Lula teve dificuldade de estabelecer políticas que promovessem o desenvolvimento. Porém, após a sua reeleição em 2007, o presidente anunciou um pacote de medidas que visava mudar os rumos da política econômica no país, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estimulando investimentos públicos em setores estratégicos da economia. Essa medida revela uma nova etapa da política econômica do governo Lula, que se torna mais flexível com vistas a impulsionar o consumo (ALMEIDA, 2011).

Os eixos nos quais o PAC calcava-se eram os seguintes: investimento em infraestrutura, incentivo ao financiamento e crédito ao consumidor, promoção da estabilidade no ambiente de investimento, aperfeiçoamento do sistema de tributação e gastos públicos na ordem de R\$ 500 bilhões nas áreas de infraestrutura urbana, energia e logística, a serem realizados entre 2007 e 2010 (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

A priorização de investimentos públicos baseia-se no pressuposto keynesiano do multiplicador de gastos, que defende que o dinamizador da economia é o gasto do governo que incentiva o investimento privado nas mais diversas áreas, provocando uma elevação de renda global. Combinado a isso, pretendia-se utilizar instrumentos de subsídios à produção e isenção fiscal de empresas (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

A partir do PAC, observa-se uma recuperação das funções estatais de ingerir sobre a economia, especialmente por meio da realização de investimentos. Observa-se uma tentativa de retomada do objetivo desenvolvimentista. Porém, as taxas de juros

mantiveram-se elevadas, o que demonstra que o desenvolvimento ainda não era o objetivo central do governo, que continuava dependente do capital financeiro (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Pode-se dividir a política macroeconômica em dois momentos. O primeiro ocorrido no primeiro mandato (2003-2006) é marcado pela continuidade da política neoliberal e ortodoxa. No segundo momento, de 2007 a 2010, verifica-se uma forte intervenção estatal na economia, que configura uma etapa mais liberal-desenvolvimentista. Contudo, embora a ruptura seja positiva para o desenvolvimento econômico, a economia mantém-se refém do mercado financeiro nacional e internacional (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

No que tange a crise financeira de 2008, em 2009 as medidas para prevenção da expansão da mesma foram o estímulo à economia, a partir da expansão do consumo, liderada pelo Ministério da Fazenda e a subida dos juros por parte do Banco Central, para incentivar poupança e controlar a inflação. Após a crise o Ministério da Fazenda começou a atuar de maneira mais incisiva, com uma maior atuação fiscal (expansão de gastos) (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Com relação ao emprego, podem-se analisar os resultados da política econômica do governo Lula, a partir da qual houve um crescimento do trabalho formal. Estima-se que durante os mandatos de Lula tenham sido criado 12 milhões de postos de trabalho, especialmente entre 2005 e 2008. Esse aquecimento do mercado de trabalho causou efeitos positivos sobre os salários, que passaram a ter uma maior participação na renda nacional, que representa a soma de salários, juros, lucros, alugueis de um país. Esse resultado provocou uma redução da desigualdade de renda entre os grupos da economia brasileira. Como indicador da expansão da distribuição de renda, utiliza-se o índice de Gini, que revela a concentração de renda em um país que caiu de 0,59 para 0,54. Os principais fatores que provocaram essa maior distribuição foram as políticas de transferência de renda (Bolsa família e aposentadorias) e as a repartição da renda do trabalho entre as diversas camadas sociais (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

No que diz respeito ao crescimento econômico o desempenho do governo Lula foi decepcionante, tendo em conta a conjuntura externa favorável. Os dados referentes à evolução do PIB revelam que os oito anos do governo Lula tiveram uma média de crescimento anual de 3,46%, considerado baixo se comparados as taxas de crescimento da maioria dos países latino-americanos (MATTEI, MAGALHÃES, 2011).

Os desafios que se mantêm para solução no governo Dilma Rousseff no âmbito da política econômica são: i) a questão externa, em função da necessidade da redução da volatilidade cambial, para incentivar o crescimento das exportações e evitar as quedas da balança comercial, bem como modificar a tendência de primarização da pauta de exportação; ii) os investimentos, dada a necessidade de estímulo a investimento público e privado com vistas a elevar as taxas de investimento brasileiro que são muito inexpressivas; iii) redução da taxa de juros, com o objetivo de incentivar o consumo baseado no crédito e reduzir o diferencial entre as taxas de juros internacionais e a brasileira, o que provoca uma explosão da dívida pública e o déficit nas contas; iv) manutenção de um plano de investimento em infraestrutura para permitir o desenvolvimento econômico do país; e v) utilizar as receitas públicas de maneira mais racional e eficiente para reduzir as diferenças sociais e regionais (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão ao poder de governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, no início do século XXI, como ocorreu no Brasil e na Argentina, revela um padrão de comportamento de políticas, centrado em duas orientações: o questionamento e a crítica às políticas e reformas de abertura de mercado empreendidas na década anterior e o retorno do Estado como ator protagonista na economia. Esses seriam os elementos que aproximariam Brasil e Argentina no sentido de utilização de instrumentos expansionistas, que permitiram um incremento da demanda na economia. Essa orientação semelhante tem efeitos sobre a integração regional e no sentido contrário é afetada por esse processo, à medida que certas normas emanadas exigem a concordância em termos de políticas comerciais, o que cria um *spill over* para outros tipos de políticas, tais como a monetária e a cambial (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009)

Embora se observe essas características comuns, o estudo mais aprofundado realizado na seção anterior demonstrou a existências de uma heterogeneidade de práticas e orientações desses novos governos. Verifica-se que não há um modelo de desenvolvimento definido de maneira clara, mesmo que se perceba o ressurgimento de termos como protecionismo, política industrial e proteção de recursos energéticos na

grande maioria das agendas de governo latino-americanas. As respostas dadas por Brasil e Argentina aos problemas causados pelo modelo neoliberal, como as crises financeiras e a manutenção da dependência econômica, são diferenciados em termos de políticas utilizadas (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Enquanto o Brasil adota políticas mais ortodoxas e convencionais nos mandatos do governo Lula, como políticas monetárias restritivas em certa medida para controlar o crédito e a liquidez e conter a inflação, a Argentina recorre a políticas mais heterodoxas, tais como elevação de impostos sobre as exportações e controle de preços, com vistas a incentivar o consumo e expandir a receita pública. Essas alternativas diferenciadas podem ter diversas explicações, mas a principal seria o modo como a abertura econômica se deu em ambos os países, sendo muito mais intensa na Argentina, o que provocou efeitos estruturais como uma maior desindustrialização a partir da eliminação da concorrência nacional pelas empresas multinacionais e maior dependência tecnológica. Na Argentina, observou-se a eliminação de algumas instituições desenvolvimentistas, enquanto no Brasil elas foram mantidas (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

De acordo com Paulo Roberto de Almeida (2011), nos anos de 2003 a 2010, o foco de atuação do MERCOSUL se deu baseado em corrigir as assimetrias existentes, sob a base do forte papel do Estado, o que revela a convergência entre Argentina e Brasil no que tange a participação central do Estado na economia.

Nesse sentido, para solucionar a questão da assimetria macroeconômica, o Brasil colocou-se como o principal financiador do FOCEM, que foi criado como um Fundo para a “correção das assimetrias” no Mercosul, denominado Fundo de Convergência Estrutural. O FOCEM tinha como objetivo final aumentar o raio de ação de empresas de financiamento de projetos, a partir da seleção de projetos que seriam realizados com o apoio do Fundo (ALMEIDA, 2011).

Entretanto, mesmo que a criação do FOCEM demonstre um fortalecimento da integração e a possibilidade de aproximar as políticas macroeconômicas, existem poucas comprovações de que o Fundo promove a eliminação das assimetrias estruturais. Levanta-se ainda a questão de que o Fundo possa incorporar novas questões problemáticas no âmbito do financiamento de projetos de desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2011).

Se analisados os indicadores macroeconômicos de Brasil e Argentina percebe-se que as políticas de estabilização econômica por parte dos países membros do Mercosul,

tiveram sucesso no controle da inflação. O caso mais ilustrativo é o brasileiro, que tinha uma inflação de 2000% ao ano em 1994 e passou para 3,1% em 1998. Porém, a consequência que as políticas de combate à inflação tiveram sobre as economias foi o baixo desempenho da taxa de crescimento econômico, que na década de 1990, esteve cerca de 2%, mantendo as taxas baixas da década perdida de 1980 (SILVA, JACINTO, 2007).

Como mencionado anteriormente, apesar da expansão considerável do comércio entre Brasil e Argentina isso não representa que as políticas macroeconômicas estejam sendo direcionadas a uma convergência. Uma das questões que mais diferencia os dois Estados é a questão do câmbio, pois a variação cambial entre os países é muito grande, o que prejudica a integração comercial entre os países. A volatilidade cambial tem como efeitos a redução do comércio entre os países, por representa um incentivo a práticas protecionistas e a elevação da incerteza no que tange ao comércio, tendo em conta que exportadores e importadores não conseguem mensurar os riscos e os ganhos de longo prazo, em função da instabilidade da taxa de câmbio (SILVA, JACINTO, 2007).

Nesse sentido, a teoria cepalina propõe a necessidade de fortalecimento institucional, com base no “institucionalismo sólido” para superar essas assimetrias estruturais. Porém, como as instituições são pouco atuantes, um fator que passa a favorecer a convergência macroeconômica é a aproximação entre atores não estatais, especialmente as empresas de Brasil e Argentina, que se tornam o elemento chave do processo de harmonização macroeconômica (BRAGA, 2001).

Por fim, para Paulo Roberto de Almeida (2011), é necessário que as lideranças do bloco concentrem esforços para expandir os mecanismos de coordenação de políticas, mesmo que não macroeconômicas, mas ao menos setoriais, ou em setores de política fiscal que tem maiores efeitos sobre as políticas industriais, como as tarifas de importação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍZANO, Roberto. **Caminos de La Integración Latinoamericana**. Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 1993.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Mercosul no Contexto Regional e Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, parte 1: n. 43, julho-setembro 2011, p. 63-79; parte 2,: n. 44, outubro-dezembro 2011, p. 143-170.
- AMARAL JUNIOR, Alberto do. Mercosul: Características e Perspectivas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 146, 2000.
- BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961.
- BRAGA, Marcio B. **Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL**. Publicação PROLAM - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP, 2001. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2001_01_01.pdf/. Acesso em 02 de agosto de 2012.
- CAMARGO, Sônia de. União Européia: uma Comunidade em Construção. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.30, no.2, maio/agosto 2008, p.467-522.
- FLORENCIO, Sérgio Abreu; ARAÚJO, Ernesto Henrique. **Mercosul Hoje**. São Paulo: Alfa Omega, 1996.
- HAAS, Ernest B. **The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957)**. Stanford: Stanford University Press, 1958.
- MALAMUD, Andrés. Integração regional na América Latina: teorias e instituições comparadas. In: ESTEVES, Paulo Luiz (org.). **Instituições Internacionais: segurança comércio e integração**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2003.
- MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. A Política Econômica durante o governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados e perspectivas. In: PAULA, Marilene de. **“Nunca antes na história desse país...”? um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011.
- MORAVCSIK, Andrew. Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach. **Journal of Common Market Studies**, v. 33, n. 4, 1993.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: Processos de Integração e Mutação**. Curitiba: Júrua Editora, 2002.
- PEREIRA, Lia Valls. “Tratado de Assunção: resultados e perspectivas”. In: BRANDÃO, Antônio S. P. e PEREIRA, Lia Valss (org.). **MERCOSUL: Perspectivas da Integração**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PRESSER, Mário Ferreira. “Abertura Externa e Integração Regional: O caso do Mercosul In: ORSINI, Salvador (org.). **El Mercosur: um desafio**. Brasília: Departamento de Brasília de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos, 1995.
- SANCHEZ, Michele. **Pontos críticos da participação da sociedade civil no Mercosul**. São Paulo: FGV, 2005.
- SILVA, Everton N. da; JACINTO, Paulo de A.; **Coordenação de políticas macroeconômicas – evidências para o Mercosul**. Fórum do Banco do Nordeste do Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/coordena-politicas.pdf>.. Acesso em: 03 de ago de 2012.
- SILVA, Karine de Souza. **Integração regional e exclusão social na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2009.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.
- VADELL J. ; LAMAS B.; RIBEIRO, D. Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner. **Rev. Sociol. Polit.**, vol.17, no.33, Curitiba, Jun, 2009.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 200, 3ª. Ed.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WALLACE, William. The sharing of sovereignty: the European paradox. **Political Studies**, v. 47, n. 3, 1999.